

## **"Doença Holandesa ou Comércio Insuficiente?"**

Rubens Penha Cysne

A nova discussão da moda é saber se o Brasil está sofrendo de "doença holandesa". O termo tem origem na descoberta de gás natural na Holanda nos anos 60, o que valorizou sua moeda e, segundo alguns, teria sido responsável pela queda de suas exportações. Do ponto de vista técnico estrito, o jargão em questão refere-se um processo de redução de crescimento gerado pela descoberta de novos recursos naturais exportáveis que, em função da abundância de divisas externas, valorizem a taxa de câmbio real e prejudiquem o crescimento e os aporte de novas tecnologias pelos setores exportadores tradicionais.

Argumentam os defensores do novo modismo que a abundância de recursos externos e a conseqüente queda de preço do Real tem reduzido ou reduzirá ainda mais o crescimento brasileiro, em função da migração de capital e mão de obra dos setores produtores de bens exportáveis, onde os ganhos de produtividade são potencialmente maiores, para os setores produtores de bens não transacionáveis, onde o "learn by doing" não seria tão intenso. A receita dada pelos analistas de plantão seria a compra de divisas pelo Banco Central, de forma a impedir a valorização adicional do Real e, desta forma, proteger os setores exportadores de um possível declínio.

Cabe inicialmente destacar que o termo "doença holandesa" está sendo mal utilizado no contexto descrito no parágrafo acima, posto que o argumento não trata de um novo setor exportador deslocando os demais. Mas sim de uma valorização decorrente de taxas de juros elevadas e do aumento de preço e quantidade das commodities (bens homogêneos internacionalmente) brasileiras vendidas no mercado internacional. Mas este ponto conceitual não é o mais importante aqui.

Conceitualmente, a valorização do câmbio real associada à "doença holandesa" pode se dar de duas maneiras. Quando o preço da divisa estrangeira é fixado pelo Banco Central (câmbio fixo) isto se dá através da expansão monetária e da conseqüente elevação dos preços decorrente da compra das divisas externas excedentes ao preço estipulado. Alternativamente, quando o câmbio é flexível, pela simples queda do valor nominal do preço de compra da divisa estrangeira. Em um caso ou no outro, os setores tradicionais de exportação tendem a ter menores ganhos em função da valorização.

Não há dúvidas que a idéia de que a idéia de deixar o câmbio flutuar em um ambiente de descontrole fiscal e política de metas de inflação calcada apenas na elevação de juros está longe de permitir os ganhos da não intervenção em preços a que se referem os modelos econômicos ortodoxos. Isto posto, defender a livre flutuação apenas com base em postulados liberais é uma atitude ingênua. Mas daí até o argumento de que o Brasil está sofrendo de "doença holandesa" e de que, conseqüentemente, o Banco Central deve intervir na cotação do câmbio para proteger o setor exportador das conseqüências do descontrole fiscal vai uma longa distância.

O ponto principal a ser notado é que o Brasil, dada a herança dos últimos cinquenta anos, tem ainda um coeficiente de abertura externa demasiado reduzido. Vejamos como se situa o Brasil

em relação ao resto do mundo e também com relação as dois de seus colegas emergentes atualmente na crista da onda: China e Índia. O PIB do Brasil representa hoje em dia 1,8% do PIB mundial, ao passo que China e Índia respondem por, respectivamente, 4,4% e 1,6%. A comparação com a China é interessante porque este país cresceu em média 8,5% entre 1999 e 2005, número bastante superior aos 2,3% registrados pelo Brasil no mesmo período. A Índia, por outro lado, cresceu menos que a China (6,1%) entre 1999 e 2005. Mas é um país mais freqüentemente comparado ao Brasil por investidores internacionais.

Somando-se importações e exportações da China, chega-se a um número ao redor de 82% de seu PIB (Produto Interno Bruto). O mesmo procedimento, adotado para a Índia, leva a um número da ordem de 56%. A média mundial é de 57,2%. O Brasil, entretanto, na contramão do resto do mundo, apresenta um total de exportações mais importações de apenas 29,5% do seu PIB.

Segundo dado: se tomados em relação ao total das importações e exportações mundiais, ao invés de em relação ao PIB, as importações e exportações brasileiras respondem por apenas 0,9% do total, ao passo que China e Índia tem uma fração de comércio (importações mais exportações relativamente às importações mais exportações mundiais) de, respectivamente, 6,2% e 1,6%.

Terceiro dado que mostra a pouca abertura do Brasil: em comparação com 95 países para os quais há estatísticas disponíveis, o Brasil é o quarto de menor relação entre as receitas correntes totais do balanço de pagamentos e o PIB (17%). Os maiores são Singapura (224%), Hong Kong (200%), Malasia (150%).

A forma mais adequada de fomentar o setor exportador e o seu contínuo desenvolvimento tecnológico, portanto, seria permitir que, através de incentivos adequados, os dólares hoje em abundância gerassem uma grande importação de máquinas, equipamentos e tecnologia de primeira qualidade. O exportador brasileiro beneficiar-se-ia duplamente. Primeiro, adquiriria meios de produção mais modernos. Estes fomentariam sua capacidade de competir internacionalmente, desta forma compensando parte do chamado "custo Brasil", cuja existência não se pode negar. Segundo, a demanda por dólares decorrente das novas e seletivas importações impediria quedas ainda mais acentuadas do valor da divisa estrangeira e, conseqüentemente, também do faturamento dos exportadores.

Outros países emergentes estão fazendo exatamente isto, ou seja, aproveitando a onda internacional favorável na demanda por commodities e na liquidez internacional para importar mais e crescer mais no futuro. O alargamento da fronteira tecnológica, ao fomentar o crescimento, reduz a pressão fiscal e o nível dos juros necessários para manter a inflação sob controle. Outro subproduto positivo da estratégia é o fomento à concorrência, desonerando o órgão brasileiro de Defesa da Concorrência de alguns processos que simplesmente não fazem sentido em uma economia mais aberta. O balanço de pagamentos não é afetado de forma nociva no longo prazo, tendo em vista que a incorporação de métodos de produção mais modernos fomenta ainda mais o setor exportador. Análises de risco que se baseiam no tamanho do comércio (importações mais exportações), hoje em dia nocivas ao Brasil, seriam também mais favoráveis, posto que o grau de abertura conta positivamente.

Rubens Penha Cysne (<http://www2.fgv.br/professor/rubens/>) é Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV (EPGE/FGV) e Visiting Scholar do Departamento de Economia da Universidade de Chicago.